

PLANEJAMENTO RURAL EM MUNICIPIOS DE PEQUENO PORTE: UMA PROPOSTA

Cláudio Benedito Alves; Everaldo Pinto Conceição; Juan Navarro Carral
Departamento de planejamento da facultade de ciências e Tecnologia, UNESP;
Área de Cartografia da Universidade de Havana
BRASIL- CUBA

A presente proposta tem origem na experiência adquirida nos trabalhos de aplicação de metodologias para elaboração de Planos Diretores Municipais, desenvolvidos pelo Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia- UNESP- Campus de Presidente Prudente. A busca do desenvolvimento econômico- social dos municípios brasileiros caracteriza-se pelo direcionamento das atenções e esforços voltados para o núcleo urbano, relegando o meio rural às contingências de mercado e às condições de solo, clima e usos-costumes dessa população. É de pleno conhecimento que quanto menor o porte do município, maior sua dependência econômica das atividades do meio rural. São inúmeros os exemplos em que o setor agro- pastoril impulsiona a economia do município sem se valer de um processo de planejamento pré estabelecido, ocasionando distorções socioeconômicas e sérios problemas com o meio ambiente. Por outro lado, via de regra, a ausência desse planejamento não estabelece condições para que se possa dimensionar o potencial econômico de exploração do meio rural com objetivo de propostas alternativas de produção. CERCIARI (1994), registra experiência ocorrida no município de Espírito Santo do Pinhal - SP, com a criação de um Conselho Agrícola Municipal composto por produtores rurais e a elaboração do Plano Diretor Rural que, ao definir uma política agrícola para o município, prevê a implantação de 25 projetos de exploração rural. É necessário entender o município composto pela integração de cidade com o campo, direcionado o planejamento e de forma harmônica. O planejamento rural de um município é complexo e exigente em recursos, estabelecendo planos de ação de difícil implementação e com os resultados não imediatos. Todos os esforços nesse sentido esbarram na deficiência dos dados estatísticos disponíveis, na inoperância das prefeituras municipais quanto ao meio rural e na falta de sincronismos entre prefeituras e demais organismos que atuam nesse meio.